

## FES cobra governo sobre data-base, progressões e outros direitos

*Lideranças reivindicaram também que não haja redução salarial nem demissões de servidores(as)*

Seguindo as recomendações da Organização Mundial de Saúde (OMS) sobre a prevenção da covid-19, representantes do Fórum das Entidades Sindicais (FES) se reuniram com o secretário de Administração e Previdência do Estado, Reinhold Stephanes, para cobrar do governo posicionamento sobre uma série de reivindicações feitas pelo conjunto do funcionalismo público do Paraná. Dentre os assuntos tratados estão data-base, promoções e progressões, extinção de carreiras, licenças, desconto previdenciário de aposentados e decreto antissindical.

Durante o encontro, os(as) dirigentes do FES reivindicaram que não haja redução salarial nem demissões de servidores(as). “Sabemos que no cenário de pandemia, há setores

no governo que defendem diminuir ainda mais a oferta de serviços públicos sob o pretexto de economia. Ocorre que são os servidores públicos que estão na linha de frente do combate ao vírus e processos para diminuição de salários ou demissões são inaceitáveis nessa hora”, diz o presidente do Sindarspen e membro da coordenação do FES, Ricardo Miranda.

A data-base também foi tema da reunião e, segundo a integrante da coordenação do FES, professora Marlei Fernandes, o governo não tem até o momento nenhuma proposta. “Há muitos anos as servidoras e servidores estão pagando a conta da crise. Entendemos perfeitamente que é um momento muito grave, mas o governo precisa debater com a gente sobre propostas de reposição. Acompanhamos de perto as finanças do Estado e sabemos que há maneiras para que o Estado cumpra com seus compromissos”, salienta.

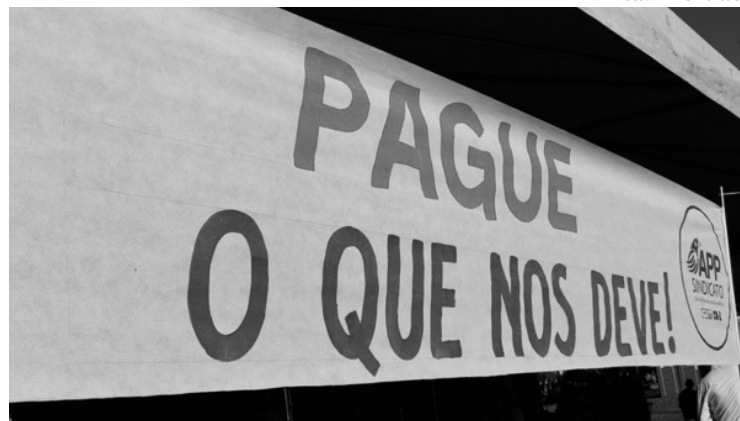


Foto: APP-Sindicato

Outros assuntos cobrados pelo FES é o respeito ao piso regional para a remuneração dos(as) servidores(as) que recebem abaixo desse valor, a revogação das mudanças na tabela de desconto da alíquota dos(as) aposentados(as) e a manutenção de promoções e progressões durante o período de pandemia.

**Durante o encontro, os(as) dirigentes do FES reivindicaram que não haja redução salarial nem demissões de servidores(as).**

## APP-Sindicato exige que a Perícia Médica acate laudos e atestados dos(as) servidores(as)

*Lideranças sindicais reivindicaram também urgência na criação de um programa de saúde do(a) trabalhador(a) e outras demandas*

Em busca de soluções para os problemas enfrentados com o atendimento da Perícia Médica, a APP-Sindicato se reuniu com o governo estadual e protocolou um ofício exigindo a imediata suspensão das alterações de laudos ou atestados médicos apresentados pelos(as) servidores públicos(as), durante o período de isolamento social, devido à pandemia da covid-19.

O secretário de Saúde e Previdência da APP-Sindicato, professor Ralph Charles Wendpap, explica que o procedimento adotado pelo governo tem negado ou reduzido, de forma generalizada, o período de afastamento solicitado pelos(as) médicos(as) dos(as) pacientes, obrigando funcionários(as) a retornar ao trabalho doentes, contrariando as recomendações e o tratamento indicado.

Professores(as) da rede pública estadual com doenças como depressão, dores crônicas e conjuntivite, não tiveram os laudos e atestados médicos aceitos pela Perícia Médica remota nos termos assinados por seus médicos. Segundo o dirigente, outro problema é que as perícias estão sendo feitas de forma remota,



Foto: ANPR

prática vedada pelo Código de Ética Médica. A proibição também consta no parecer n. 3/20 do Conselho Federal de Medicina.

O assunto foi o tema de uma reunião, realizada na última sexta-feira (5) entre lideranças sindicais e o diretor do Departamento de Saúde do Servidor (DSS), o Eduardo Mischiatti, e o chefe da Divisão de Perícia Médica (DPM), Samuel Torquato.

“O que questionamos é qual a regra utilizada pelos peritos para afastar ou não os servi-

dores. Porque tem laudos médicos que explicitam o problema de saúde e não são levados em consideração para afastamento do servidor”, diz o dirigente.

Durante a reunião, as lideranças cobraram do governo urgência no atendimento de várias demandas, como um programa de saúde do(a) trabalhador(a) que garanta a contratação de uma equipe para realizar as ações de promoção, prevenção e assistência a saúde dos(as) servidores(as).

Reforçaram a cobrança de ampliação do serviço de perícia em todas as regiões do estado, para evitar o deslocamento dos(as) servidores(as) do interior até a capital para fazer avaliação médica.

Reivindicaram ainda que os departamentos de recursos humanos das secretarias precisam orientar os(as) servidores(as) com relação a saúde do(a) trabalhador(a), enfatizando a importância do preenchimento da Comunicação de Acidentes de Trabalho (CAT) e demais orientações para prestar assistência aos(às) funcionários(as) adoecidos.

**Professores(as) da rede pública estadual com doenças como depressão, dores crônicas e conjuntivite, não tiveram os laudos e atestados médicos aceitos pela Perícia Médica**